



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

***“POR UMA CIDADANIA RESPONSÁVEL: JUNTOS NA PREVENÇÃO E COMBATE À
SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA”***

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DO DIA DA LEGALIDADE, 5 DE
NOVEMBRO.**

CIDADE DE MAPUTO, 5 DE NOVEMBRO DE 2021

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados;

Senhores Ministros;

Senhor Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Cara Família da Administração da Justiça;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Saúdo os representantes da grande família da Administração da Justiça Moçambicana, aqui presentes, por ocasião do Dia da Legalidade. Os nossos cumprimentos são extensivos a todos os profissionais do Direito e da Justiça que, ao longo do nosso belo Moçambique, contribuem para a consolidação do Estado de Direito Democrático, alicerçado no primado da Lei.

Refiro-me, em particular, aos Magistrados Judiciais, Judiciais Administrativos e do Ministério Público, Advogados, Oficiais e Assistentes de Oficiais de Justiça, Juízes Eleitos, Defensores Públicos, Membros da Polícia da República de Moçambique, bem como os funcionários e agentes dos Serviços Nacionais de Investigação Criminal e Penitenciário.

Agradeço, ainda, pela mensagem que nos foi endereçada na qual, mais uma vez, foi vincado o compromisso colectivo no reforço da legalidade como elemento decisivo para a estabilidade jurídica das pessoas e da Nação.

Nesta ocasião, queremos, congratular-vos pelo 40º aniversário.

O lema escolhido para as celebrações deste dia, ***“Por uma Cidadania Responsável: Juntos na Prevenção e Combate à Sinistralidade Rodoviária”***, é oportuno e diversifica a visão sobre a vossa missão, pois, nos últimos anos, o nosso país tem sido afectado, de forma preocupante, pelo fenómeno da sinistralidade rodoviária.

A sinistralidade rodoviária, pelas suas consequências sociais e económicas, já se transformou numa verdadeira hecatombe pública, causando a perda de milhares de vidas humanas, para além de outros danos físicos e psicológicos.

Devido ao impacto negativo desta realidade, em Novembro de 2016, promovemos o II Simpósio Nacional sobre Segurança Rodoviária, subordinado ao lema *“Fortalecer o Papel das Instituições e dos Cidadãos para Prevenir os Acidentes”*.

Em conjunto, reflectimos, profundamente, sobre as causas, os factores, as medidas e as estratégias que deviam ser adoptadas para que a segurança nas nossas rodovias fosse a regra e a sinistralidade, uma excepção.

Há quase um ano, aprovámos a Política e Estratégia de Segurança Rodoviária (PESR), um instrumento de intervenção e articulação das várias entidades na prevenção da sinistralidade e garantia da segurança rodoviárias. Esta política, enquanto elemento agregador, está dirigida à prossecução de cinco objectivos estratégicos, nomeadamente:

- (i) melhorar a gestão da segurança rodoviária;
- (ii) tornar os utilizadores das estradas mais seguros;
- (iii) tornar as infra-estruturas mais seguras;
- (iv) promover maior segurança dos veículos; e
- (v) melhorar a assistência nos locais de acidentes e apoio às vítimas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Os dados estatísticos de que dispomos mostram que, a nível da SADC, em 2017, Moçambique era o país que apresentava o quarto maior índice de mortes por acidentes de viação, com a cifra de trinta e duas mortes por cada 100 mil veículos.

Hoje, 2021, o nosso país ocupa a quinta posição entre os 15 estados-membros desta organização regional. Como se pode constatar, mesmo com uma redução relativa da posição na região, a realidade demonstra que as acções de educação, sensibilização, fiscalização e adequação da legislação implementadas pelas entidades que lidam com a prevenção e segurança rodoviárias, ainda se mostram insuficientes para conter os índices de sinistralidade e mitigar os seus efeitos.

Hoje, a sinistralidade rodoviária é um verdadeiro problema de saúde pública, em Moçambique. Ela afecta todo o tecido social e económico e a maioria das mortes atinge os utentes mais vulneráveis da via pública. São passageiros, peões e ciclistas, muitos dos quais em idade produtiva, compreendida entre os 10 e os 40 anos.

Nos últimos 5 anos, de 2016 a 2020, o país registou cerca de 19. 781 vítimas de acidentes de viação. Destes, resultaram 5. 637 óbitos, 5. 915 feridos graves e 8. 229 feridos ligeiros. 45% dos óbitos registados eram jovens na faixa etária entre os 18 e os 45 anos e 48% eram crianças e adolescentes com idade inferior a 17 anos. Maior parte das crianças e adolescentes foi vítima de atropelamentos. 72% dos óbitos registados eram do sexo masculino e 28% do sexo feminino.

Se analisarmos apenas 3 indicadores, isto é, o número de acidentes, óbitos e feridos graves, do ano 2020 e Primeiro Semestre de 2021, constatamos que saímos de 452 para 462 acidentes, o número de óbitos passou de 392 para 417 e o número de feridos graves subiu de 298 para 321. Portanto, todos os indicadores dispararam.

As sextas-feiras, os sábados e os domingos afiguram-se como os dias da semana em que se registam mais acidentes, particularmente no período entre as 15:00 e as 21:00 horas. É também nesses dias de semana que temos um maior número de óbitos.

Estes dados revelam o quão dramáticos são os efeitos da sinistralidade rodoviária no nosso país. Quando ocorre um acidente, não estamos apenas perante estatísticas. Falamos de pessoas concretas que viram as suas vidas destruídas ou transformadas em consequência dos acidentes. Falamos de danos materiais avultados causados a bens e a infra-estruturas públicas e privadas. Todos estes aspectos devem apelar para a nossa reflexão, devem chamar-nos à consciência.

De entre os factores que influenciam a sinistralidade rodoviária, releva a acção humana. Muitos dos acidentes são causados por factores ligados ao Homem. Estes elementos são sobejamente conhecidos, podem e devem ser evitados. Referimo-nos:

- i. ao excesso de velocidade;

- ii. à condução sob efeito do álcool;
- iii. à total falta de respeito por utilizadores da estrada vulneráveis, como os peões e ciclistas;
- iv. à má travessia do peão;
- v. à superlotação de passageiros;
- vi. à fadiga e sonolência;
- vii. à ultrapassagem irregular, entre outras.

Se, por um lado, registámos um aumento da população condutora de 1.038. 431, em 2016, para 1. 294. 084 pessoas, em 2020, estranhamente, registou-se um decréscimo de condutores formados que passou de 89. 946, em 2016, para 31. 700, no ano passado.

Paradoxalmente, o número de veículos nas estradas está a aumentar. Saímos de 927. 260, em 2016, para 1. 112. 855, em 2020.

Esta tendência remete-nos à conclusão de que existem condutores não licenciados, o que constitui um prenúncio de que o problema da sinistralidade rodoviária pode se agravar, caso medidas enérgicas e a melhoria das práticas de fiscalização, não sejam adoptadas.

Cara Família da Justiça!

Como corolário, é imperioso que cada uma das instituições que compõe este sector nevrálgico reflecta sobre o seu papel na prevenção e combate à sinistralidade rodoviária e indague sobre as acções que devem ser desenvolvidas no âmbito das suas competências. É necessário assegurar a responsabilização administrativa, civil e criminal de todos quanto concorrem para a sinistralidade rodoviária no nosso país.

O reforço da acção fiscalizadora pelas instituições intervenientes em matérias do tráfego rodoviário é fundamental, pois, muitas das vezes, a sinistralidade rodoviária é induzida por condutas de desleixo ou de corrupção em cadeia.

Compatriotas!

Tal como sucedeu em 2020, comemoramos esta data num momento particularmente desafiante, pois, ao mesmo tempo que embarcamos para a reforma legislativa e estamos a construir e/ou a reabilitar edifícios para o funcionamento de tribunais, através da iniciativa ***Um Distrito, um Edifício de Tribunal Condigno***, somos confrontados com as adversidades criadas pela pandemia da COVID-19, que nos impõem novas formas de ser e de estar. Por outro lado, enfrentamos ataques terroristas e de extremismo violento na província de Cabo Delgado que provoca mortes e deslocados.

Queremos convosco reconhecer a bravura e a entrega dos nossos filhos e irmãos que, noite e dia, tudo fazem para restabelecer a segurança e a estabilidade, naqueles distritos do norte de Cabo Delgado.

Um agradecimento especial vai para os países amigos e irmãos que, sem questionamentos, dão valor à vida, participando, lado a lado, com os moçambicanos no combate ao terrorismo e repondo a normalidade na vida dos nossos concidadãos.

Moçambicanos, devemos ter a consciência de que a solução duradoura está nas nossas mãos. No lugar de discutir palavras, devemo-nos concentrar em construir a sustentabilidade das operações que fazemos hoje e da sustentabilidade para esta longa batalha que iremos enfrentar. Vamos pensar na sustentabilidade das operações que fazemos hoje e na sustentabilidade do empenhamento dos nossos amigos que nos ajudam, pois, a batalha tem custos. Vamos todos trabalhar para a sustentabilidade da defesa do país, amanhã e depois, capacitando e modernizando as nossas Forças de Defesa e Segurança. Vamos pensar em soluções e não no questionamento de palavras, que não protegem, nem defendem o cidadão que vê a sua vida ameaçada.

Cara Família da Justiça!

Honra-nos acompanhar a evolução das actividades do sector. O desenvolvimento de acções de formação de quadros, o estabelecimento de planos estratégicos, as iniciativas de cooperação com instituições congéneres de outros países, são elucidativas do compromisso de elevar a qualidade de serviços a prestar ao cidadão.

Queremos, pois, deixar expresso o nosso reconhecimento pelo trabalho que vêm desenvolvendo em prol da justiça, um dos pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático.

A nossa satisfação é que as instituições estão a funcionar em pleno, estão a exercer o seu papel e os cidadãos têm acesso às mesmas, para a satisfação das suas necessidades em matérias da competência do Sistema de Administração da Justiça.

Por isso, façamos do Dia da Legalidade um momento para celebrar as vitórias e conquistas do Sistema da Administração da Justiça, perspectivando a superação dos desafios que ainda se fazem sentir; mas, sobretudo, façamos deste Dia um momento de reflexão e, acima de tudo, de festa.

Bem-haja a justiça, bem-haja a legalidade.

Obrigado pela atenção!